

DOSSIÊ TEMÁTICO

A VIOLÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E UM GIRO DE RESISTÊNCIA:

“Arrasou, *BlayBlayds!*”

Jean Paulo Silva Gabriel¹

Joselia Barroso Queiroz Lima²

Resumo: O artigo propõe refletir sobre a violência dentro do desenvolvimento da cultura capitalista ao longo dos anos. E as possibilidades de resistência e subversão abertas nessas dinâmicas, observando a trajetória de um grupo de *drag queens*, As BlayBlayds organizadas dentro do FESTIVALE, um festival de cultura popular do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. O trato metodológico e científico se dá por meio de estudo bibliográfico e entrevista com o presidente e *drag* membro do grupo mencionado. O artigo faz uso das contribuições marxistas sobre a dominação capitalista, a acumulação primitiva e estudos sobre o Rural brasileiro e Jequitinhonha, para observar como o festival se torna aglutinador de resistências a essas dominações violentas, contribuições da Antropologia para estudar o corpo-rural, que caracteriza os corpos do Jequitinhonha, e os estudos do Gênero e Sexualidade para conceder outra narrativa a esses corpos. Os resultados, ainda parciais, vão apontar para o pioneirismo assumido pelas BlayBlayds, e para a necessidade de outras formas de concepção de desenvolvimento e relação com a terra e com as pessoas. Também dizem das amplas possibilidades de alargamento de fronteiras que a arte torna possível, através da *Drag Queen*. O estudo inédito pretende abrir caminhos e possibilidades para discussões futuras vinculadas aos Estudos da Homocultura, aos Estudos Rurais e aos Estudos Sociais, em um esforço interdisciplinar.

Palavras-chave: Capitalismo; Violência; Movimento Social; Movimento LGBT; Resistência.

¹ Possui graduação em Humanidades pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2019). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais e licenciando em História, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. jeanpsgabriel@gmail.com

² Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993). Mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2006). Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2013). Professora da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. joseliabqlima@gmail.com

Introdução

Todo texto nasce muito antes de criar certa vida e performance no papel. Com este não é diferente. A temática da violência atravessou as mãos que organizam estas letras bem antes da primeira palavra sujar de sangue este papel. Algo como o que Rubem Alves diz, o corpo sabe: e o corpo do autor (muito prazer!) já sabia. Rubem foi além: é preciso escrever com sangue, disse. E é. Mas se importa falar de quando os teóricos, reflexões, afetos e afectos atravessaram o corpo do autor e as ideias começaram a construir este texto, bom, ele teve sua gênese em momentos distintos, um longo parto, parte no projeto de pesquisa que culminou no trabalho de conclusão de curso do autor no Bacharelado em Humanidades, e parte no Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, PPGER, ambos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina/MG.

É pretendido refletir sobre a temática da violência em processos distintos da história do capitalismo, mas que estão relacionados de formas diversas. Não é do intento do autor traçar um panorama cronológico, teórico, preciso e fechado, a representar um fim em si mesmo, sobre o tema e se cabe alguma intenção prévia a um texto por nascer é de que ele funcione como um mobilizador e traga reflexões e ponderações, para que cutuque o leitor com inquietações e forneça condições mínimas de perceber a violência na cultura que nos cerca.

E ao fim, trazer um alento brilhante e potente de esperança, que faça girar nossa percepção de mundo. E que nos leve ainda neste movimento de cutucar, indagar, trazer perspectivas. Para isso busca explorar o histórico do Movimento LGBTQIA+ do Vale do Jequitinhonha, tendo como objeto de análise o grupo político e Drag Queen, 'As BlayBlayds do Vale do Jequitinhonha' e sua inserção em um tradicional festival de arte popular da região e no cotidiano vivido de sua população.

Como dito na abertura deste trabalho a temática não surge na vida do autor de maneira estritamente acadêmica, seja por destoar das imposições da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), ou por preferenciar diferentes atividades ao longo da

infância/adolescência, e assim posto à margem dos espaços comungados por meninas e meninos e cujas performances ecoavam as impostas. A heterossexualidade compulsória é um conceito que diz da imposição da heterossexualidade sobre os corpos, de modo que esta possibilidade da performance sexual/de gênero – ser cis heterossexual –, pareça natural a todos, e seja tida e mantida como a norma, aquilo que se espera de todos os corpos.

Ao se pensar apenas a dimensão escolar, frequentada pela maioria de nossos corpos, a violência surge como lugar comum nas narrativas e memórias individuais, embora seja vivido de modo subjetivo (não se mede uma dor), conforma um local coletivo. E acaba por gerar respostas que vistas de modo amplo também configuram resistências comuns. Algo semelhante ao que se aproximam os estudos das “pedagogias do armário” e “pedagogias do silêncio” (LOURO, 1999), onde o corpo aprende que é melhor se esconder, e silenciar, para sobreviver. O aspecto do silêncio na experiência subjetiva-coletiva do autor (se esconder, se calar, a busca pela margem, pela sobrevivência) surgem aqui não de forma despretensiosa, há muitos “mal-ditos” na história de instalação do capital sobre nossos corpos. E por ele vamos começar. Não pelo capital, mas algo que estava aqui bem antes: o corpo.

O corpo

Bourdieu ao discorrer sobre **violência** simbólica, traz que se trata “[d]a violência exercida sobre um agente social com a sua cumplicidade” (BOURDIEU; WACQUANT, 2002, p. 167). Para o autor existe uma multiplicidade de formas de exercício dessa violência, mas haveria uma consonância entre a estrutura objetiva e as estruturas mentais do próprio sujeito e vítima da violência: “o que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012, p. 239). O nosso Estado é fruto desse acordo não consciente, “o Estado é a posse do monopólio da violência física e simbólica” e atribui ao Estado a fundação “[d]a integração lógica e a integração moral do mundo social e por aí o consenso fundamental sobre o sentido do

mundo que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social” (*ibidem*, p. 15). Ao se construir a ideia de um estado plural e democrático, elege uma “perspectiva” que se enuncia como a média de todas as outras. O Estado então produz a aceitação das classificações sociais, quando observamos a escola, por exemplo, não pensada para um grupo diversificado de realidades, que de modo linear - por vezes sacro - invisibiliza potências várias.

Se observarmos outros momentos de nossa história veremos formas diversas de violências que chegam a gerar questões sobre uma certa “condição humana”, esquecendo-se de partes primordiais quando se quer pensar uma Cultura. Ela é dinâmica. Nunca é. Está. A violência, no desenvolvimento da cultura capitalista, surge como mecanismo, muitas vezes como condição *sine qua non* a seu “sucesso”. É importante refletir que quando se observa a instalação do capitalismo existem vários sujeitos presentes. Forças de maior ou menor poder a depender do contexto histórico e de cada localidade. Não se há um momento único em que *boom*, surge o capitalismo. A sua gênese é constante, impera junto a ele. Ressurge com toda sua violência quando quer que seja necessário, se é para se impor e acumular.

Aqui o autor opta por trazer estudos e contribuições de Marx, Harvey, Federici, quanto ao processo de acumulação primitiva, tida como condição para o capitalismo e sua reinvenção, época após época, e como retomam a presença da violência sendo fundamental neste(s) processo(s). Primitiva, pois é o processo primeiro. O que torna possível. Que torna as conjunções favoráveis para a dicotomia: produtores e apropriadores, - em toda sua expansão. Acabando com as terras comunais (espaços de terras habitados, cultivados, por grupos distintos de pessoas ao longo da história) ou apropriando da força dos trabalhadores nas indústrias.

Marx e Engels, n’O Manifesto do Partido Comunista, a abordar o capitalismo burguês industrial revelam o teor contínuo de imposição que se aplica desde seu surgimento, do rural ao urbano: “[i]mpelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita instalar-se em toda parte, explorar toda parte, estabelecer relações em toda parte” (p.58). E isso não se dá de maneira natural,

ou pacífica. Se impõe, com o uso da força, da violência, da exclusão, expulsão, de assassinatos, apagamento de identidades. A citar novamente Marx, “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (p. 787).

Harvey assinala o processo de continuidade da violência no desenvolvimento do capital, e não um ato passado, ou superado. Federici dialoga com a perspectiva de Harvey, onde cada retomada da acumulação primitiva se dá de maneira violenta, sempre. Mas em sua análise alarga as fronteiras a pensar outros corpos. Colocando o marxismo para pensar sujeitos que a própria teoria tradicional teria ignorado: as mulheres. Caçadas como bruxas durante séculos, em um processo de expulsão e estigmatização, levando ao assassinato dessas mulheres malditas para o Estado-Igreja e mal ditas para a História Tradicional. Aqui o autor sugere um movimento de alargamento também. De analisar outras violências que até então estão/são silenciadas e silenciosas. Não estamos a debater estritamente o processo da acumulação primitiva, mas a resgatamos pois é nela que há as condições possíveis que colocam este sistema todo em movimento. É, então na violação de corpos, que sua construção se estrutura.

Marx apontava que a violência que dominou as primeiras fases capitalistas, retrocederia com seu amadurecimento e consolidação, o que para Federici é um equívoco, já que,

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (p. 27)

A acumulação primitiva revela, no bojo da construção capitalista, o quão sanguinário e violento é esse sistema. Desvincula o homem e sua relação com a natureza, torna-a meio para satisfazer as necessidades do mercado (que se multiplica a todo o momento). Nas relações de poder que passam a existir e na imposição de perspectivas de gênero. E agora, de um lado ao outro dos oceanos...

Corpos-colônia

“A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.”

(Pablo Neruda)

Recomenda-se ao leitor que ainda mantenha a atenção no corpo. Romero analisando o processo de dominação colonial elenca a tríade de mecanismos que tornou possível o “sucesso” de tal processo: a espada, a cruz e a fome. A espada: as armas e conhecimentos bélicos, feitos para violentar. A cruz: a religião imposta, trazida como única verdade possível, com sua violência muitas vezes da ordem do simbólico. A fome: a matar silenciosa dentro das barrigas das “famílias selvagens”. Há violência maior?

Galeano também aponta: “[v]iolência e doença, batedores da civilização: o contato com o homem branco, para o indígena, continua sendo o contato com a morte”. A fim de reflexão: pense quantas violências puderam ser postas em prática em séculos de exploração e saque? N’As Veias Abertas da América Latina e suas ditaduras. Nos 300 anos de regime escravista em terras tupiniquins. Nos mais de vinte de anos de ditadura civil-militar no Brasil. Na atuação diária da polícia, no campo e na cidade. No silenciamento cotidiano dos corpos que dizem não. E há silêncio violento no eco que faz a pergunta: quem mandou matar Marielle?

Como medir uma violência? Pela altura em decibéis do grito? Pelo quão bem o corpo foi escondido? Pela velocidade da bala? Pela rapidez do chicote? Pela eficiência da tortura? Pela quantidade de sangue? Pelo choro? Pelo luto? Pela luta?

O tempo passou para a América Latina, com países livres e ditaduras financiadas por estrangeiros. Constituições, levantes populares, democracia. “A engrenagem internacional continua funcionando: os países a serviço das mercadorias, os homens a serviço das coisas.” (GALEANO, 2012). O percurso brasileiro dentro dessa lógica que opera em níveis global - local, tem facilmente localizável a violência como marca.

Ao observar a questão da terra, a ausência de uma Reforma Agrária e a manutenção do país em seu lugar de colonialidade impossibilitam o acesso democrático à propriedade, gerando abismos sociais enormes. Carvalho no livro O pecado original da

república (2017) analisa que os quatro pecados capitais do Brasil são: escravidão, latifúndio, patriarcalismo e patrimonialismo, relações que quando não são a própria manifestação da violência, a tem como mecanismo possível e necessário.

O Vale do Jequitinhonha, local destes estudos e reflexões, é uma região predominantemente rural com cidades medias e pequenas, estrutura econômica vinculada à exploração e lida com a terra. A produção acadêmica sobre a região concentra-se na maioria das vezes na área dos Estudos Rurais. Portanto o campo emerge como lócus necessário para a análise proposta. Quando se abordam os conflitos no campo hoje contradições e embates se dão também com a expulsão de corpos de seus territórios pela mineração, ou para implantação de usinas. E ao observar os pormenores de tais embates há sempre a presença da violência, física ou simbólica. Tudo isso permeia e impacta o campo, e agrava a questão agrária no Brasil. A Comissão Pastoral da Terra, desde 1985 mapeia os conflitos em torno do campo, Porto-Gonçalves aponta haver um aumento contraditório no número de embates frente à expansão que teve a agricultura brasileira.

Traz que

Entre 2000 e 2015 foram registradas 5.782 localidades em conflito envolvendo, em média, 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram de tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 595 (encontramos 602 vítimas no período 2000-2015) pessoas assassinadas. (2015, p. 87)

Porto-Gonçalves busca dar enfoque aos atingidos pela violência que se impõe do fazer agricultor do Capital, tensionando a reflexão sobre a urgência de se repensar a Reforma Agrária no Brasil.

Toda a conjuntura conformada ao campo hoje, como aponta Alentejano, traz resultados negativos, como a discrepância da representação política, onde os grandes proprietários podendo ser melhores e mais representados acabam por conseguir a maior parte da efetivação de políticas públicas e ter suas demandas e anseios melhores atendidos. De acordo com o autor também, tal má distribuição fundiária possui outro resultado problemático,

Outro efeito da persistência desta concentração fundiária é a expulsão de trabalhadores do campo. A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas resultante da concentração fundiária produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura que reduz a necessidade de mão-de-obra no campo. (2011, p. 73)

A história do Vale do Jequitinhonha, na região nordeste de Minas Gerais, que hoje conta com 80 municípios, onde vivem cerca de um milhão de pessoas fornece potentes registros. O sangue e suor presente e recorrente desde a colonização e dominação da região, que teria se dado no conflito colonizador e os grupos que já ocupavam a terra, como os povos Maxakali, Aranã, e outros. Posteriormente postos em contato com os escravos trazidos para exploração da terra. Na literatura sobre a região normalmente é subdividida em três outras partes, o alto Jequitinhonha, médio Jequitinhonha e baixo Jequitinhonha. O nome é relacionado ao Rio Jequitinhonha, que atravessa as cidades de Diamantina, em Minas Gerais, à Belmonte, na Bahia, onde o Jequitinhonha encontra o mar. Por Diamantina centrar os interesses mercantis por grande parte dos tempos de colônia, há certa produção histórica sobre a região.

A fim de esmiuçar de modo mais denso a lógica da violência na experiência capitalista brasileira, e pôr nossa cabeça a pensar a localidade onde pisam os meus pés: o Vale do Jequitinhonha mineiro, os estudos de Moura (1988) e Moreno (2000), entre outros, fornecem elementos que corroboram para tal, tangenciando a perseguição e a matança do indígena, bem como a ação da mineração, e da monocultura, que violenta a terra e seus habitantes. Os processos que construíram as cidades, vilas, povoados. As lendas, os mitos, o que ronda até hoje a imaginação do povo sempre denotam processos de violência.

A lógica desenvolvimentista aplicada à região corroborou para este panorama violento, com o estigma de “vale da pobreza” foram postas em práticas medidas do Estado para desenvolver a região. Dentre elas cabe destacar o plantio de eucaliptos, a implantação de hidrelétricas, as monoculturas, as mineradoras. A construção de um imaginário sobre um local “místico”, “exótico” legado ao artesanato e tradições locais. Que quando não violentam a terra e as pessoas, violentam no engendramentos de corpos fazendo crer que

“lá no Vale do Jequitinhonha só se seja assim, ou assado...” uma violência simbólica, da ordem do discurso. Discursos produzem narrativas e modos de ser.

Mesmo a literatura preocupada em subverter as lógicas dominantes e conceder um lugar outro ao corpo-rural, e nesta lógica o corpo-Jequitinhonha, o colocam em uma situação de violência. Para entender esta violação utilizo das contribuições de Paulo Rogers ao abordar os “mal-ditos” (aquilo que foi dito de maneira ruim ou precária) das sexualidades camponesas e fala da invisibilização de dimensões outras do corpo-rural, que destoam das engendradas pela teoria, e diversas vezes “acatadas” como norma pelos seus sujeitos. Traz como a construção de um *corpus* acadêmico sobre o corpo-rural versa para um corpo-bíblico, um corpo-casto, um corpo-castrado. E os estudos sobre a região, dentro dos Estudos Rurais, muitas vezes trazem uma abordagem que diz do modo de trabalho, do manuseio da terra, de aspectos que acabam conformando um corpo-mais valia, que reverbera de modo ao próprio camponês tornar malditos os seus mal-ditos. E estudar dimensões mal-ditas do camponês: a sexualidade, as paixões, o gozo, o devir, exige um método científico diferente, uma antropologia do corpo que torna em palavras os indizíveis: o corpo-rural dotado de sexualidade e dissidência. O que acontece na moita no escuro e em segredo, pois é pecado. Das relações entre compadres, entre primos, entre amigos, do que é também parte do rural. Aponta que para produzir bem-ditos é preciso repensar nossos modos de fazer.

Com este apanhado histórico busca-se construir uma base para situar a violência como presente recorrente e necessária para instalação e manutenção do fazer capitalista. Nos estudos de Federici a autora concebe o Estado como o “verdadeiro Homem” que se beneficia do “trabalho não pago” das mulheres, Estado esse que para corpos negros e indígenas, ontem e hoje no Brasil, representa matança, privação de liberdade e miséria. A construção de um Estado-Homem tem a violência como possibilidade, e a utiliza: sempre.

Tal Estado se consolida juntamente ao capitalismo, a globalização e ao neoliberalismo, e muitas das políticas por Ele postas em prática corroboram para estes cenários, como as medidas que foram na região do Vale do Jequitinhonha aplicadas,

visando “desenvolver o vale da miséria”, mas que se analisadas a fundo denotam um outro projeto, que beneficia muito pouco os sujeitos às quais elas se dirigem. Que tem visões distintas do que é “desenvolvimento”. Ao analisar as políticas econômicas aplicadas pelo Estado na região, como a instalação de usinas hidrelétricas, cultivo de eucalipto em largas extensões, torna possível uma reflexão que fomenta a análise aqui proposta: todo desenvolvimento é, necessariamente, econômico?

Não se trata de desconsiderar as questões e fatores da economia, mas alargar as vistas, e perceber outras formas de desenvolvimento, outros fatores que também falam da qualidade de vida das pessoas que habitam os espaços. Como a liberdade de expressão, participação política, organização social. Onde cabe destacar a presença dos Movimentos Sociais, que estando em contato mais direto com as pessoas conseguem articular possibilidades diante das necessidades dos grupos, comunidades, classes. Gohn (1997) pontua que, a ação coletiva e atuação dos movimentos sociais se dão por demandas na medida em que há necessidades, carências de algo, no âmbito social, político, cultural, e econômico, “as carências podem ser de bens materiais simbólicos” (p. 256). As lutas por direitos sociais, sexuais, reprodutivos por exemplo, situam-se no plano do simbólico. A autora postula ainda que, “[o] triunfo maior dessas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinam relações sociais existentes” (p. 256).

É importante lembrar que nos interstícios da história as coisas são muito mais do que parecem ser, e a violência não é invenção capitalista, estando presente com os humanos há tempos. Há de se pensar a violência contra homossexuais em regimes soviéticos, socialistas. Mas o autor faz opção por tensionar a análise no sistema em que nossos pés pisam hoje, e onde portanto onde nossas cabeças devam também pensar. A violência aparece, então, como um elemento presente em toda nossa história, e relação com o Estado. Percebendo que a atuação do Estado se condiciona pelo mercado e entendendo o mercado como determinante dos meios de produção e reprodução social.

É preciso pensar também as estruturas que sustentam o capitalismo estão calcadas na concepção binária/dicotômica/maniqueísta de mundo. O capital é historicamente branco, masculino, heteronormativo e supostamente heterossexual. Nos últimos anos em

meio a uma instabilidade econômica e política que não deve ser dissociada do aspecto social, a moralidade e cultura, a valorização da arte e outras discussões permeadas pelas temáticas de gênero têm surgido na ‘boca de cena’ (expressão teatral que refere-se a parte de frente do palco italiano, onde o ator está a frente e na visão de todo o público) brasileira. Sob o legado da “ideologia de gênero” congressistas, religiosos, e outros setores da sociedade se organizaram para combater este risco a moral e aos bons costumes, como traz Miskolci (2018), citando Miguel (2016)

é em 2014, durante os debates sobre o novo Plano Nacional de Educação, que o movimento Escola Sem Partido, uma associação pouco conhecida, criada em 2004 para combater o que definia como “doutrinação marxista” nas escolas e à época mais próxima da agenda econômica neoliberal do Instituto Millenium – passou a adotar como alvo a chamada “ideologia de gênero”, tendo sua pauta crescentemente incorporada por diversos grupos políticos. Laicos, evangélicos (neopentecostais ou não) e católicos uniram-se disseminando o espectro da “ideologia de gênero” como suposta ameaça às crianças e à família brasileira em 2015, ano em que Estados e municípios discutiram – respectivamente – os planos de educação estaduais e municipais.

Em linhas gerais o que denominam “ideologia de gênero” abarca uma série de ações, obras, pensadores, cartilhas, entre outros, formando um ideário que corroboraram para uma inversão ou esfacelamento dos papéis de gênero pré estabelecidos (que tange o “ser homem” e “ser mulher”). Mas que nunca existiu, de fato, entre a Esquerda, ou em grupos dos estudos do Gênero. Uma *fake news* utilizada para promover a caça ao debate e aos corpos dissidentes.

Paralelo à caça contra a “ideologia” os números de assassinatos da população LGBT aumentou significativamente na última década, de acordo com o relatório anual do Grupo Gay da Bahia, por exemplo. Os dados utilizados para o levantamento do Relatório são notícias da mídia, bem como informativos de hospitais e delegacias e mostram que cerca de 1 pessoa LGBTQIA+ é assassinada no país no período de 19 horas. Como os assassinatos contra esta população no Brasil tem pena legalizada recentemente e ainda é um tabu conversar e debater essas questões, os números podem variar, possivelmente para mais. Sobretudo quando colocamos em perspectiva recortes de classe, gênero e raça.

Talvez caiba radicalizar a questão e pensar na *necropolítica*, a discussão que traz Mbembe, onde a garantia de soberania do Estado se dá também no controle e poder em dizer quais corpos devem permanecer vivos. Para isso as cadeias, policiais, penas de morte, algumas leis... Cabe mencionar também os estudos de Butler, ao pensar quais corpos são passíveis, merecedores, do luto em nossa cultura. E porque não choramos os corpos dissidentes, diferentes, periféricos. Até o ato de nos sensibilizarmos é colonial. *Je suis* Brasil? Quem chora pelo favelado? Pela travesti?

Um giro de resistência

Falar de violência implica em falar de resistência. Onde há poder manifestando sua força, existe resistência. Tendo traçado um percurso possível para observar a violência no estabelecimento do capitalismo mundial e colocando-nos a olhar para o rural, de onde parte este estudo esta sessão pretende analisar um festival de cultura e arte tradicionais da região, de nome FESTIVALE.

O FESTIVALE, desde 1980, anualmente percorre as cidades do Vale permitindo que artistas divulguem seus trabalhos, partilhem conhecimentos, comemorem o encontro possibilitado, e se articulem para as diversas vivências artísticas e políticas para fora do festival. É um momento de celebração e encontro, com partilhas multiculturais. Nas experiências possibilitadas pelo evento o estigma de “vale da miseria” parece não fazer sentido diante da diversidade cultural e artística presente. São diversos dias de oficinas artísticas, apresentações culturais, premiações, feira de artesanato e comidas locais que agitam a semana das pequenas cidades que o recebem. As pesquisas acadêmicas sobre o festival destacam a responsabilidade que o mesmo tem na organização social de importantes setores da sociedade, como a criação de sindicatos e associações, além de corroborar para a escrita da história mais recentes desse(s) vale(s). Ponderam o caráter mobilizador que remete a história do festival (JUNIOR, 2012; HENRIQUES, 2012). Uma forma potente de resistir à violência.

O FESTIVALE objetiva divulgar, disseminar, promover e fomentar a cultura do e no Vale do Jequitinhonha. Nascido nos anos 1980, através de filhos do Vale que

estudavam na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sediada em Belo Horizonte (MG), foi pensado e promovido anualmente no Vale como estratégia de luta política. Nele, tem-se a percepção da desigualdade histórica que imprimiu ao Vale a situação de pobreza, e um instrumento de manutenção do clientelismo e do coronelismo político que permitia aos políticos conservadores leiloar o Vale do Jequitinhonha e garantir a manutenção de seus ‘currais’ eleitorais. Se não era pela via das armas que a luta seria possível, seria pela via da educação e cultura que os filhos do Vale deveriam fazer a transformação social ante a violência do Estado e do mercado. Se o Estado e o capitalismo operam com genocídio, tortura, silenciamento, assassinato, sumiço, exploração, a busca pela mudança aqui se dá por outra via: em favor da vida, da alegria e da arte. Se o processo contínuo de acumulação primitiva mata e expulsa, o espaço apropriado pelo festival busca ir na contramão.

Para entender e localizar o festival e este estudo nas dimensões da violência e suas dinâmicas é preciso retomar a história do festival. O início parte “da luta do movimento musical, das expectativas de artistas regionais, do encontro de atores e movimentos sociais presentes na região, da força de seu artesanato e das experiências do Jornal Geraes”. Em 1979, por empenho do Jornal, acontece o I Encontro de Compositores do Vale do Jequitinhonha. Em 1980, por iniciativa da CCVJ - Centro Cultural do Vale do Jequitinhonha nasce o FESTIVALE, em 83 a CCVJ se divide, originando a MCPJ - Movimento Cultural Popular do Vale do Jequitinhonha, e em 1987 o jornal interrompe sua circulação, os dois grupos novamente se juntam e criam a FECAJE – Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha, que organiza o FESTIVALE até os dias de hoje. (SERVILHA e DOULA; JUNIOR).

A análise histórica do festival, portanto aponta-nos para a significação de ser ele, em si, um movimento social, uma estratégia de luta política que tem na educação, na cultura, na arte e no encontro dos povos do Vale do Jequitinhonha sua força de enfrentamento e de promoção de resistência frente ao processo de avanço de políticas exploratórias que – tendo no conceito desenvolvimentista seu fundamento – negam as origens societárias, que compõem o povo do Vale e sua diversidade. Se o projeto do Jornal

não se manteve o FESTIVALE resiste, remontando-nos a memória de vários povos: negros, indígenas, portugueses e revelando-nos a predominância de modos de sociabilidade que nessa região foram construídos e silenciados, mas que na arte, ainda, podem ser expressos. Resistência.

Mas é em outro movimento atrelado ao festival que chegamos ao clímax da nossa reflexão. Tendo apontado as violências e violações impostas aos corpos dissidentes, é importante que reflitamos sobre as resistências várias que vão se desenhar. Mesmo sendo o festival um dever de resistência no Vale, ele ainda ecoa gestos e normativas de gênero que desenham como dados os lugares que homens e mulheres devem ocupar na organização da vida cotidiana. E nessa tensão da cultura popular, da masculinidade sertaneja atrelada ao corpo-rural, e da possibilidade de espaços de liberdade que a arte proporciona surge o grupo ‘As BlayBlayds’ de Jequitinhonha, MG.

O grupo é caracterizado por diversas personas *Drag Queen*, que desfilam reluzentes pelas noites do festival e fazem ecoar seus gritos de “Arrasou Blayblayds” por onde passam. Dando outros tons para a tradição regionalista que marca o evento.

No ano de 2004, o 23º FESTIVALE era recebido pelo município mineiro de Salinas, e ele marca o início da trajetória artística do grupo de *drags* junto ao festival. Os primeiros membros do grupo foram Alessandro Silva, Marcus Oliveira (*in memorian*) e Rônio Gomes. Abel, membro e atual presidente do grupo, pontua que a participação no evento representa para eles a “liberdade de expressar quem é de verdade, tanto o que a gente é no dia a dia, quanto nossos personagens, que a gente tira dos baús e colocamos em praça” (Abel Sicupira trecho retirado de entrevista), no relato é evidenciado que os dias marcados pelo festival representam um momento de subversão da norma vigente de binarismos, que não possibilita a expressão de quem “se é de verdade”, dando aval para exercício “livre” de ser como, ou quem, se é. É a possibilidade de vazão para a linguagem artística da qual utilizam e que ficam armazenados até serem postos em curso n’outro FESTIVALE.

“De lá para cá nós tivemos diversos embates, tanto com a organização do festival, com outras pessoas que faziam parte do evento por se tratar de um grupo LGBT e que até então eles não viam esse grupo inserido dentro do

movimento de Cultura. E, entre 2006 e 2007 foi um período difícil para o grupo, né? Em 2006 o FESTIVALE fazia 24 anos, e foi em Araçuaí, e aí houveram vários desfiles, amostras mesmo do empoderamento LGBT do Vale Jequitinhonha de uma forma geral dentro deste FESTIVALE, pois os números (de participantes nas ações realizadas) remetiam a tal feito. Em Joáima (2007) nós fizemos diversas manifestações, e também em Capelinha em 2008 fizemos manifestações, pois, tentavam nos proibir de montar dentro dos festivais, pois dizia que nós enquanto *drag queens* estávamos atrapalhando o evento porque as pessoas ao invés de assistir o que já foi programado ficavam por nos assistir nas escolas, ou nas ruas, enfim. [...] foi uma queda de braço muito, muito difícil. Muito... e às vezes, assim... a gente vê assim também como é duro com a gente [...]. (Trecho da entrevista)

É necessário situar o leitor que no processo de entrevista eram suscitadas as memórias que remetiam a participação do grupo no festival e pela história os conflitos e tensões políticas foram se revelando, apontando para outras dimensões do coletivo, como a função social por eles ocupadas, e não tendo sido hipotetizadas antes, já que as referências *drag* remetem à cultura gay urbana. Na entrevista emerge a memória conservadora, patriarcal que silencia as outras possibilidades de expressão, negando-as, marginalizando-as ou criminalizando-as. O fenômeno BlayBlayd's situa-se dentro de um período social no qual o próprio Vale, ainda que contraditoriamente às políticas desenvolvimentista se abre para a democratização dos espaços sociais.

Ocupar o festival é ocupar um espaço de direito negado a esses sujeitos violentamente. É possível interpretar que a permanência do grupo dentro do FESTIVALE não se deu de maneira pacífica, e junto ao movimento de se fazerem aceitas agregaram ao seu redor seguidores e admiradores e obrigando o festival a integrá-los à sua dinâmica, como veremos. Junto às narrativas compartilhadas pelos representantes do grupo no 34o FESTIVALE estavam algumas realizações de âmbito social e político, destaca-se a realização dos Seminários LGBT+. Que permitem analisar o papel importante das políticas públicas voltadas para a educação e que mantém contato com o Vale, como a inserção da Universidade Federal de Minas Gerais, e o papel de mediação que executam ao reconhecer as demandas do grupo, e sua relação com as instituições culturais. É importante lembrar o distanciamento necessário aqui: se dentro do festival o grupo é caracterizado pela montagem *drag*, ações como a realização do seminário se dão no âmbito *out of drag* (fora de suas drags no dia-a-dia dos criadores) do conjunto.

Se a primeira inserção do grupo se deu em 2004, é em 2009 que a dimensão simbólica ocupada começa a emergir. O portal da Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, traz em seu arquivo uma notícia de 5 de novembro de 2009, com a manchete: “Seminário trata de cidadania LGBT no Vale do Jequitinhonha”, se referindo ao seminário Direitos e Cidadania LGBT, que aconteceu na Câmara de Vereadores da cidade de Jequitinhonha, Minas Gerais, e destaca que a promoção do evento era iniciativa do Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e pelo Nuh – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, visando “estimular a organização e a consolidação do movimento LGBT na região, com vistas a uma atuação politicamente relevante” (PORTAL UFMG). O evento contou com o apoio da Fecaje – Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha e da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha. A memória da realização deste evento foi revisitada por Abel, de quando o grupo ainda consolidava suas configurações,

Quando foi em 2009, em Grão Mogol a UFMG junto com Marcio Simeone e a presidente da FECAJE, que até então era Angela Freire, nos chamou para uma reunião, aí nos reunimos lá todo o grupo, todo mundo que era do meio LGBT, para uma conversa, é... e aí eles propuseram... levaram um monte de tratativas pra gente, inclusive essa de realizar o seminário LGBT, esse que aconteceu no mesmo ano, 2009, em Jequitinhonha. E aí nós começamos um trabalho, começamos a nos enxergar enquanto representatividade, é... é... política mesmo de uma forma geral. Porque eles quando eles começaram a conviver com a gente, principalmente o pessoal da UFMG, eles começam a enxergar que nós éramos pessoas, além de bons profissionais no que nós fazíamos, também quanto é... pessoas públicas, né? E nós conseguimos a partir de então espaço dentro do FESTIVALE, quando eu digo espaço é assim: não nos tentar proibir de montar, mas também nós conseguimos mostrar de fato quem nós éramos. [...] Em momento nenhum nós tínhamos a intenção de atrapalhar o evento, e enfim, a gente conseguiu o nosso espaço que a gente queria. (Trecho da entrevista)

Foi então a partir do reconhecimento de sujeitos políticos externos, a UFMG, que pode ser entendida como um direito social que se estende ao Vale, a partir da expansão da Universidade e de sua interiorização que o grupo pôde perceber sua inserção, ocupando um lugar inédito em uma região carente de representantes da pauta. E com isso garantindo uma maior aceitabilidade por parte do festival. É importante refletir criticamente sobre o papel do festival e as tentativas de censura compartilhadas pelo grupo. Já que nas estruturas internas que tornam as ações possíveis operam pessoas, que possuem este ou

aquele valor moral, concebem esta ou aquela manifestação artística “mais” ou “menos” arte em detrimento de outra, são inúmeras as possibilidades que ajudam na reflexão posta aqui.

Outro fato que aponta a relação das personas com o público do festival remete ao nome *BlayBlayd's*, e o grito de guerra “*Arrasou BlayBlayd's*” que não foram escolhas do grupo, como narram em documento escrito, assinado por Abel. Na época era transmitido em rede nacional um desenho animado japonês, um mangá chamado *Beyblades* que teve sua transmissão na TV aberta brasileira na Rede Globo, em meados de 2004. A narrativa tratava de batalhas de pião, um brinquedo infantil com a mesma lógica do pião de madeira, porém com design futurista, metalizado, colorido e brilhante, possuindo até sistemas de iluminação em alguns exemplares. A partir do ato de rodar e exibir suas cores, um rapaz entusiasta do grupo percebendo que as *Drag Queens* andavam a noite toda rodando a cidade em busca de algo desconhecido resolveu chama-las de *Blayblayd's*, relembra Abel. E utilizando da metáfora desse brinquedo, o título dessa seção faz alusão ao movimento que o objeto realiza, de giro.

Somente em uma notícia, referente ao II Seminário de Direitos e Cidadania LGBT do Vale do Jequitinhonha, de 2011, é que as *Blayblayd's* ganham destaque. Veiculada pelo blog “Vale do Jequitinhonha / Blog do Banu” o texto “Jequitinhonha organiza II Seminário LGBT” traz menção ao grupo quanto à realização do seminário, entrevistas de um dos membros, Alessandro, e um breve histórico do surgimento delas. Hoje, como sinaliza Abel, o grupo tem dimensão do papel ocupado por eles na realidade do Vale, considerando a multiplicidade de funções que seus membros exercem na comunidade local,

Nós somos uma referência para diversas pessoas no Vale do Jequitinhonha. [...]as pessoas podem olhar e falar assim: “eles são artistas, mas também eles são educadores, eles são pessoas de bem, eles são políticos...” e nós nos tornamos uma referência na região por isso, por essas várias funções que nós temos, né? E de levar conhecimento, na verdade a gente une o conhecimento, né? A gente agrega ele junto com outras pessoas, e a gente vai mudando, tentando conversar, aproximar... E aí a gente começou a campanha de mobilização na cidade de Jequitinhonha.

Uma das conquistas mais importantes para o grupo, e para a região, é a Lei 1587

de 2014, que vigora até então na cidade de Jequitinhonha, e institui o dia 17 de maio como dia municipal de combate a homofobia. A ação foi resultado da luta coletiva realizada no município e encabeçada pelo grupo, que reconhece a importância do feito, “que foi fazer o poder público celebrar o dia 17 de maio no âmbito municipal” (Abel, em documento escrito) a data já vinha sendo celebrada no âmbito nacional, desde 2010. Já em 2017, o presidente do grupo assinala que houve a criação do Conselho Municipal LGBT em Jequitinhonha, que “atua em diversas situações para amenizar o preconceito que ainda existe na nossa região” (Abel, em documento escrito)

No avanço da representatividade e do reconhecimento das pautas do grupo, em 2018, no 35º FESTIVALE, ocorrido em Felisburgo, uma outra conquista foi possível, pois novamente mediada pela ação da universidade, mas nesse contexto da UFVJM. Conforme Lima (2018):

O 35º FESTIVALE contou, pela primeira vez, com um espaço para discussão sobre temas relacionados às mulheres. A proposição e organização realizada pelo Observatório dos Direitos da Mulher e pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, denominado “Encontro de Mulheres na Luta”. Contou com a participação de cerca de 60 pessoas, representantes de 20 municípios do Vale. A atividade pautou-se na relação dialógica, horizontal e equitativa, em círculo e com metodologias que incitavam os participantes à trazer suas contribuições reflexivas acerca de temas como o patriarcado, a violência de gênero, divisão sexual de trabalho, arte e cultura, etc. [...] Cabe registrar e destacar a significativa e importante participação de sujeitos do grupo LGBT, com suas intervenções artísticas, *performance*, fato que contribuiu na discussão sobre a violência de gênero e, os desafios para um evento tradicional, vinculado à arte e cultura popular, de incorporar esses sujeitos, em suas manifestações artísticas. (p. 11)

Atualmente o grupo possui nove integrantes fixas, que se montam nos dias do FESTIVALE, cujos artistas quando desmontados dão seguimento às atividades iniciadas pelo grupo, bem como suas demandas pessoais e profissionais.

Izza Monttérah ganha vida no corpo do professor de História, e graduando do curso de Letras da UNIMONTES, Abel. Lisz Braccho é vivida nas noites pelo professor dos anos iniciais da educação básica e discente do curso de Letras da UNIMONTES, Alessandro. Thaylla Brazão ganha forma com Gustavo, que atua de maneira autônoma. Vitória Bekio é a personagem encarnada por Vitor, discente do curso de Matemática da UNIMONTES. Ponésia toma forma no corpo de Felipe José, que atua como engenheiro

civil. Keyka é Travesti, autônoma, e dá vida a sua *drag* homônima, Keyka. Moara também é travesti, autônoma e vive um movimento similar com sua personagem, que também leva seu nome, Moara. Manu Ravache é montada por Moisés, estudante do Ensino Medio. E a Felipa surge no artista Felipe Matos, que é fotógrafo. E Brunetty, que como Keyka e Moara, monta sua *drag* homônima, Brunetty, e é estudante do Ensino Médio.

Porém como observado pelo autor na cidade de Felício dos Santos, o movimento empenhado pelas personagens movimentam outras pessoas a se caracterizarem e participarem do “fervo” que elas articulam, tornando nítido os contrastes que acentuam a inserção do público LGBTQIA+ no festival. O grupo é tomado aqui como referencial de resistência a dominação e apropriação das normativas de gênero sobre os corpos, que estão atreladas a história do desenvolvimento capitalista. Pensar corpo e gênero é pensar terra e capital. Pensar as *BlayBlayds* de Jequitinhonha é pensar resistência à heteronormatividade, e à cultura hegemônica do capitalismo. É pensar o avesso do que os Estudos Rurais buscaram estudar. É o rompimento com silêncios violentos e sangrentos.

Considerações Finais

Ao abordar a temática da violência e como ela atravessa a consolidação capitalista e suas narrativas, e sua retomada a cada novo processo de acumulação primitiva, buscamos analisar como a experiência do corpo brasileiro é carregado com esse histórico de abusos e violações. Quando a percepção é permeada pelas noções dos estudos de gênero e trazendo a experiência do grupos *As BlayBlayds* no Vale do Jequitinhonha tencionamos a analisar o “outro lado” desses embates históricos, tomando o grupo como potente aglutinador de pautas políticas e resistência.

Como visto o grupo em sua composição é formado por profissionais diversos, entre professores, autônomos, estudantes e outros, que assinala o lugar ocupado e possibilita as ações pelo grupo realizadas, seja pela formação e aquisição de conhecimentos para tal, seja na simbologia e respeito legados a esses profissionais nos contextos de onde surgem. Em uma sociedade desigual onde o acesso a recursos mínimos

para entendimento, compreensão e ação na realidade prática não alcançam a todos, acessar esses lugares é acessar mecanismos de poder que possibilitaram as realizações do grupo e contrapõe o lugar hegemônico que pela lógica patriarcal, capitalista, esses sujeitos jamais deveriam ocupar.

Outro ponto que chama atenção e merece destaque é que não há na bibliografia sobre o Vale do Jequitinhonha menção a outro grupo, artístico ou não, que tenha empenhado campanhas similares pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ antes das Blayblayd's, e o entrevistado pontua que os fundadores do grupo também tornaram-se os “pioneiros no combate a homofobia no Vale”. O movimento realizado pelo grupo permite ainda fazer uma análise da ampliação dos direitos da cidadania para a comunidade LGBTQIA+ da região. Situada na dimensão do simbólico a data de 17 de maio como dia municipal de combate a homofobia em Jequitinhonha inserem esses sujeitos na escrita da história desses lugares, e fornece reconhecimento legal. A Constituição Federal de 1988, que marca nosso período de redemocratização, é tida como uma constituição cidadã, já que traz em seu bojo conteúdos que, em tese, concernem lugar privilegiado para dispositivos que possibilitam, em tese, a solidificação da cidadania nos rincões do país. A lógica de desenvolver a nação no contexto do neoliberalismo se choca com as demandas que são levantadas na construção da social-democracia, sendo o Vale um retrato, por vezes contraditório, do avanço das políticas públicas, observação possível de ser realizada ao analisarmos os movimentos artístico e políticos da região.

O processo de retomada democrática do Brasil, mesmo que em retrocesso notável com a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido), remete-nos ao entendimento que a construção da cidadania e construção de outros modos de vida além dos propostos pelo Capital implica luta política. E é através de mobilizações coletivas, como as realizadas pelas BlayBlayd's de Jequitinhonha, que possibilita ao Movimento LGBTQIA+ em geral a ampliação desses direitos. A partir da luta desses coletivos no interior do movimento há a garantia das conquistas, em torno da livre expressão da sexualidade, seja ela qual for, e no combate ao preconceito e discriminação por orientação sexual, garantindo assim que pessoas Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e outras possam acessar os aparatos legais

visando uma vivência plena da cidadania.

Se tomarmos apenas o movimento *drag queen* executado no festival, no nível do simbólico, os corpos montados confrontam papéis sociais naturalizados no imaginário coletivo dos habitantes do Vale, e do país todo de um modo geral, engendrados pela moral cristã, colonial, branca e heteronormativa. O movimento remete à diversidade sexual e de gênero que compõem as nuances da região, podendo se manifestar livremente, num contexto democrático. As trocas simbólicas que o FESTIVALE permite – entre instituições de ensino, movimentos sociais, pessoas de lugares distintos do estado ou do país – possibilita novas configurações de sentido para os envolvidos e isso reflete no discurso de Abel, e de outros relatos que versam sobre o evento e sua importância, fazendo seus sujeitos se perceberem, como pontuado por Tomanik (2004),

Aprender (ou reaprender) a pensar a sociedade como fruto do trabalho humano; passar a ver a si próprio como, ao mesmo tempo, produtor e produto do seu meio social e assim descobrir-se como capaz de participar não só das tarefas de execução, mas também das tomadas de decisões que envolvem a ele mesmo e ao seu grupo, é um processo educacional, tanto quanto, (ou talvez até mais que) a aquisição de habilidades ou de outros conhecimentos. (p.109)

É interessante observar que a fissura aberta pelo FESTIVALE ao se fazer oposição à forma capitalista de produção e produtos artísticos abriu possibilidade para que mais sujeitos pudessem evocar seus lugares, se organizarem e conseguirem pautar política efetivamente no dia a dia. É este movimento histórico que tencionamos observar aqui. Como no Vale do Jequitinhonha mineiro, de história rica e desigual, de grande exploração, saque e genocídio, que ainda hoje expulsa suas filhas e filhos de sexualidade dissidentes para as grandes cidades e metrópoles, um movimento artístico cultural, popular e tradicional, foi e é capaz de aglutinar tantos agentes políticos, que em suas diversas práticas fazem borrar fronteiras, e transformam o cotidiano de suas diversas realidades.

Ainda é possível falar das articulações entre as instituições públicas, neste caso sobretudo as Universidades Federais (a de Minas Gerais, e a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), que tensionam movimentações no tecido social da região, e possibilitam pontes entre as realidades e as políticas públicas, com diversos agentes sociais. Em 2019,

o autor do presente texto foi convidado a participar de uma mesa dentro do 36º FESTIVALE, na cidade de Belmonte, Bahia, para debater a participação e existência dos Movimentos Sociais com a Cultura Popular, apresentando os resultados e indagações da pesquisa de TCC sobre o grupo e o festival.

Observando as discussões estabelecidas, e esse movimento de reconhecimento por parte do grupo da pesquisa empenhada sobre sua trajetória, o “giro de resistência” que dão as *Blayblayds* dentro e fora do festival à heteronormatividade branca são apenas um dos muitos exemplos de resistência e lampejo de esperança no Vale, e na América Latina. E que mostram como um povo marcado pela exploração, pelas lágrimas, pelo grito da dor, também consegue se organizar e hackear espaços, subverter narrativas e construir outras, e a partir disso outras realidades possíveis também, que seguem a forjar as múltiplas identidades coletivas possíveis dentro das vivências LGBTQIA+.

As considerações finais aqui colocadas não pretendem esgotar as questões que levaram a esta produção, pois o movimento dialético de conhecer implica a mobilização de novas perguntas. E o fazer científico é mais tensionado pelas perguntas, do que pelas respostas necessariamente. Por fim, parte deste artigo tem o caráter de memória, através de narrativa científica e histórica, de um grupo e de um movimento social pioneiros, cujas implicações são inúmeras, sobretudo na vida e representatividade da comunidade LGBTQIA+ no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Por fim, tendo a dimensão histórica do trabalho e atuação do grupo, e observando a movimentação que causam durante o FESTIVALE, e fora dele, não há outra forma de encerrar, senão comemorando com elas: **Arrasou, Blayblayds!**

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **Questão agrária no Brasil do século XXI**: uma abordagem a partir da Geografia. Revista Terra Livre, São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 69-95, 2011.

ALVES, Rubem A. **Livro sem fim**. Edicoes Loyola, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira. 2003

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2009, 2015.

DE CARVALHO, José Murilo. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Coletivo Sycorax, São Paulo. 2018

FERREIRA, Paulo Rogers da Silva. **Os afectos mal-ditos**: o indizível das sexualidades camponesas. Tese UNB. 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 12. Edição. São Paulo: L&PM, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGB. **Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT)**. 2017.

HARVEY, David. **O segredo da acumulação primitiva**. D. HARVEY, Para Entender o Capital-Livro I. São Paulo, Editora Boitempo, p. 277-299, 2013.

LIMA, Joselia Barroso de Queiroz. **Políticas e mulheres na construção de sujeitos de direito**. X Congresso ALASRU. Montevideo. 2018

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade. O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

MARX, Karl. **Capital: A critique of political economy**, Volume I. Trans. Ben Fowkes. New York: Penguin, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Duke University Press, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – **Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro**. 2016.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018.

MORENO, Cezar. **A colonização e o povoamento do baixo e médio Jequitinhonha no século XIX**: A “guerra justa” contra os índios. Belo Horizonte. Canoa das letras, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PORTO GONÇALVES - **Bye bye Brasil, aqui estamos**: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: Relatório CPT 2015.

RUGGIERO, Romano. **Os Mecanismos da conquista colonial**: os conquistadores. 1973.

SERVILHA, M. DE M. ; DOULA, S. M. . **O Vale (En)Cantado**: música, identidade e espaço no Jequitinhonha. In: *Visões do Vale: origem e movimentos*, 2009, Belo Horizonte. 2009.

WACQUANT, Loïq JD. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, n. 19, 2002.

VIOLENCE IN CAPITALIST DEVELOPMENT AND A TURN OF RESISTANCE:

“Rocked, Blayblayds!”

Abstract: The article proposes to reflect on violence within the development of capitalist culture over the years. And the possibilities of resistance and subversion open in these dynamics, observing the trajectory of a group of drag queens, "As BlayBlayds" organized within FESTIVALE, a popular culture festival in the Jequitinhonha Valley, Minas Gerais. The methodological and scientific approach takes place through a bibliographic study and an interview with the president and drag member of the mentioned group. The article makes use of Marxist contributions on capitalist domination, primitive accumulation and studies on the Brazilian Rural and Jequitinhonha, to observe how the festival becomes an agglutinator of resistance to these violent dominations, contributions from Anthropology to study the rural-body, which characterizes the bodies of Jequitinhonha, and the studies of Gender and Sexuality to grant another narrative to these bodies. The results, still partial, will point to the pioneering spirit assumed by BlayBlayds, and the need for other forms of conception of development and relationship with the land and with people. They also say of the wide possibilities of widening borders that art makes possible, through Drag Queen. The unprecedented study intends to open paths and possibilities for future discussions linked to Homoculture Studies, Rural Studies and Social Studies, in an interdisciplinary effort.

Keywords: Capitalism; Violence; Social movement; LGBT Movement; Resistance.

Recebido: 15/06/2020

Aceito: 23/12/2020